

criado por [Almir Thiago Casagrande Pagotte](#) — publicado 06/04/2018 19:16, modificado 06/04/2018 19:16

Corrupção é foco em palestra sobre Governança na Administração Pública



Foto: Leonardo Andrade

“A integridade e governança pública têm relação direta com o combate à corrupção. Tem a ver com transparência, controle interno e gestão de riscos”, explicou a professora doutora da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Milton Campos, Cristiana Fortini, em sua palestra sobre o tema “Integridade e Governança na Administração Pública“, proferida na tarde desta sexta-feira (6), no auditório do TRT-MG.

A abertura do evento, promovido pela Escola Judicial, foi feita pelo presidente, desembargador Marcus Moura Ferreira. Ele frisou que essa palestra resulta de um processo de reflexão que temos produzido, no âmbito da administração, junto com os principais gestores do Tribunal, acerca de como atender, no plano institucional-administrativo, com a maior eficiência possível, o objetivo da jurisdição, que consiste na prestação de justiça.

“As ações deste Tribunal devem convergir para tanto, por meio do exercício contínuo de boas práticas, consolidando-as e aprimorando-as”. Um dado central também é o diálogo institucional que vise ao alinhamento de posições e ao aperfeiçoamento das relações de trabalho, visando sempre a boa governança.

Em seguida, o diretor-geral, Paulo Sérgio Barbosa Carvalho, apresentou o currículo da professora Cristiana Fortini, que se dedica aos estudos das contratações públicas e da corrupção no setor público, bem como trabalhou muitos anos também com controladoria interna.

Ao iniciar a palestra, a professora destacou que é preciso olhar para dentro da Administração Pública, procurando fazer uma gestão de riscos de forma a minimizá-los e avaliá-los. “A corrupção afeta todos nós, porque somos todos potencialmente corruptos. Transportando para a esfera pública, as possibilidades de corrupção na contratação pública são imensas e os problemas perpassam as licitações”, frisou.

A professora ainda falou sobre a origem da governança pública e os programas de integridade das instituições. A governança pública surgiu da privada, sobretudo nos Estados Unidos, e é muito semelhante à privada, ou seja, é um olhar pra dentro da instituição com o objetivo de buscar a finalidade a que se destina, de acordo com o interesse público”, disse.

Com a lei anticorrupção em 2013, essa discussão veio à tona. Ela afirmou que as pessoas jurídicas passaram a sofrer as consequências da corrupção e ser responsabilizadas, como é caso de empreiteiras acusadas de corrupção.

Ela citou o exemplo positivo do estado do Mato Grosso, que criou uma lei sobre controladoria e governança baseada em normas já aplicadas às empresas privadas.

Ao final, enfatizou que a corrupção afeta não só a democracia, bem como a inovação tecnológica, porque deixa os envolvidos nos esquemas de corrupção acomodados.

Combate à corrupção

Mas como combater a corrupção? Essa pergunta foi abordada pela palestrante. Segundo ela, a primeira coisa a se fazer é o controle sobre as decisões a serem tomadas. Por exemplo, num edital de licitação, dependendo de quem faz as especificações, já escolheu quem ganha ou perde o processo licitatório. “Por isso a discricionariedade é perigosa. A falta de padronização é um sinal de alerta para a corrupção, segundo a transparência internacional. Nesse sentido, a padronização de processos de trabalho é muito importante no cotidiano, porque o dia a dia não é excepcional e tem que seguir normas”, afirmou.

Ainda de acordo com Cristiana Fortini, as decisões devem ser pulverizadas. Se as decisões forem muito centralizadas é porque há sinal de corrupção e as decisões precisam ser transparentes.

Dois fatores fundamentais na governança privada e que podem ser aplicados na pública são: o treinamento de pessoas e o bom exemplo da alta administração. Ela explicou que muitas pessoas cometem erros e acabam se corrompendo não por maldade, mas sim por falta de preparo, porque não sabem como executar determinadas tarefas. E a alta administração deve dar o exemplo também, inclusive no que se refere a pequenos atos do dia a dia, considerados como pequenas corrupções.

Além da palestrante, compuseram a mesa de honra o presidente do TRT-MG, desembargador Marcus Moura Ferreira, o coordenador acadêmico da Escola Judicial, juiz Rodrigo Cândido Rodrigues, o diretor-geral, Paulo Sérgio Barbosa Carvalho, o secretário-geral da Presidência, Douglas Eros Pereira Rangel e a diretora judiciária, Telma Lúcia Bretz Pereira.

Visualizações: 479